

Luís Gabriel Ramiro Costa; Ieizi Fiorelli Silva

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho

[Culturas Juvenis na escola]

Os/as jovens “beneficiários” do Programa Bolsa Família no cotidiano de escolas em Londrina-PR no ano de
2017

[idêntico ao que foi registrado no momento da inscrição]

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 após união de iniciativas como o Programa Bolsa Escola entre outras, tem objetivos centrais de superação da pobreza e enfrentamento das desigualdades sociais. Este objetivo envolve a educação pelo acompanhamento da frequência escolar das novas gerações, sugerindo com o seu acesso trará maiores oportunidades que a geração anterior. O programa ao longo dos anos tem aprimorado o acompanhamento das condicionalidades, principalmente em educação, quando estabelece uma frequência mínima de 85% às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 75% a jovens de 16 a 17 anos. A intenção é fortalecer os direitos sociais presente na Constituição Federal de 1988 - art. 205 - de acesso à educação de todos colocado pela responsabilidade do Estado e da família em colaboração com a sociedade (CIDADANIA, 2020).

É neste desenho que a partir de 2007 a frequência escolar de jovens é acompanhada pela faixa etária e o grupo insere no objetivo de atender as demandas atuando sobre a evasão e abandono escolar, tendo a importância da frequência à escola ao propor um diálogo com particularidades das novas gerações nesse espaço (BRASIL, 2009). Por trás desta proposta, há o reconhecimento dos jovens na política pública, bem como nas escolas, no qual entendemos que vai além de uma porcentagem, números e que são sujeitos com experiências da condição juvenil¹. De certa forma, o PBF distancia dessa concepção quando ratifica a ideia do aluno e faixa etária, justificando a invisibilidade da pobreza e dos sujeitos na escola quando o tema é relacionado à educação (BRANDÃO et al., 2013; DAYRELL, 2007).

Isto nos faz ir além da visão burocrática pela faixa etária estabelecida no cumprimento do percentual mínimo de frequência escolar. Do modo como aplica-se, isso tende a ser parte das dificuldades de presença e continuar na escola, estando em um ciclo da vida sobre o contexto de individualização na sociedade contemporânea (ABRAMO, 2014). O reconhecimento em escolas ocorre em meio ao que Dayrell (2007) afirma de uma nova desigualdade pelo esgotamento de oportunidades que afetam à juventude, em especial, aquelas em situação de vulnerabilidade social, trazendo a possibilidade de abandono e não conclusão da educação básica, na qual se colocam para atuação do Estado de modo instrumental e burocrático.

¹ “Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir de diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, étnica, etc”. (DAYRELL, 2007, p. 1108).

O objetivo deste texto é reconhecer as particularidades na condição de jovens “beneficiários” no cotidiano de duas escolas públicas em Londrina-PR, no ano de 2017. A consideração do cotidiano leva aos temas de *i)* quem são, *ii)* como veem a escola e *iii)* o programa nesse espaço. A interpretação desses temas tem uma análise pela descrição de dados do questionário e análise qualitativa das entrevistas pelo método de Análise de Conteúdo das mensagens, organizadas em categorias e códigos descritivos (BARDIN, 1977; FLICK, 2009).

A relevância social do tema no contexto brasileiro se destaca pelas discussões sobre o abandono e evasão de jovens da escola e, muitas vezes, há desafios em saber os detalhes dessa condição, trazendo a importância de ouvi-los e conhecê-los nesse espaço. O PBF acompanha os casos com dificuldade de frequência via motivos, mas lida com especificidades do contexto escolar no contato de professores/as e estudantes, colegas e demais funcionários da educação. Isto acompanha a frequência de um grupo em escolas onde o abandono é visto pelo trabalho (BRANDÃO et al., 2013) e outros fatores que dificultam a presença neste espaço. Sendo assim, a compreensão de jovens “beneficiários” em escolas faz reconhecer melhor essa condição no sentido das verificarmos suas impressões sobre a presença no universo escolar.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Os resultados para atender os objetivos deste texto tem a contribuição de uma investigação que mobiliza diversas fontes (FLICK, 2009) oriundas de uma pesquisa denominada pela “Situação e Trajetória Escolar de Beneficiários/as do Programa Bolsa Família no Ensino Médio e a Perspectiva de Ascensão Social via Escolarização” que reúne informações coletadas no Núcleo Regional de Educação (NRE) e Secretaria Municipal de Educação (SME) de Londrina-PR, além de duas escolas públicas situadas em regiões diferentes do município quando obteve contato com estudantes beneficiários.

As duas escolas públicas foram selecionadas por critérios de *i)* região geográfica; *ii)* quantidade de beneficiários e *iii)* Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e rendimento. Por meio desses critérios chegamos à escola² Verde de Sá, situada na região central com longo tempo de funcionamento e fundação no qual havia em 2017 - 1653 de matrículas, sendo dessas 9,98% de estudantes beneficiários e, a escola Marinho Azul, que fica na região sul, com pouco tempo de funcionamento e fundação no qual havia 363 de matrículas, sendo dessas 30,03% de estudantes beneficiários/as.

² Por questões éticas utilizamos nomes fictícios das escolas para preservar a identidade de cada instituição. A pesquisa passou pelo Comitê de Ética e obteve um parecer favorável para realização em 2017.

Os procedimentos metodológicos de informações coletadas nas duas escolas seguem uma abordagem combinada – qualitativa/quantitativa - (FLICK, 2009) quando auxilia no reconhecimento de sujeitos, realizando interpretação de dados do questionários e entrevistas com estudantes “beneficiários” que frequentavam as escolas. Essas duas fontes ajudam compreender o grupo no cotidiano escolar, uma vez que especifica ainda mais a condição no contexto de pesquisa quando colocamos a conhecê-lo através da sua própria condição.

A vista disso, a mobilização do tema no cotidiano de escolas para reconhecer a condição de um grupo, passa por dados colhidos durante o ano de 2017 e traz resultados de 30 questionários onde identifica a condição de beneficiários e aprofunda o tema por 17 entrevistas semiestruturadas abertas para tratar de assuntos específicos³. Esses resultados auxiliam a investigação do objetivo deste texto entendendo *i*) quem são, *ii*) como veem a escola e a *iii*) reação ao tema do PBF neste espaço. A interpretação segue uma descrição dos dados do questionário e análise das entrevistas pelo método de Análise de Conteúdo de mensagens, organizadas em categorias e códigos descritivos (BARDIN, 1977; FLICK, 2009).

AS NOVAS GERAÇÕES JUVENIS NA ESCOLA

Desde a década de 1990 a escola brasileira, em especial a pública de ensino médio, assistiu mudanças nas matrículas que gerou o atendimento de estudantes trazendo uma heterogeneidade de um grupo que, em sua maioria, são oriundos de gerações que historicamente estavam distantes dos bancos escolares por diversos motivos de trabalho, renda, oferta de educação, etc (SPOSITO; SOUZA, 2014). As novas gerações de jovens que passaram a obter maior acesso à escola, ensino médio, se coloca enquanto novo público que trouxe consigo experiências a um espaço heterogêneo de socialização juvenil (DAYRELL, 2007; SPOSITO; SOUZA, 2014).

Neste espaço, uma parcela da juventude brasileira é acompanhada por políticas públicas como o PBF, visando o fortalecimento e garantia do direito à educação. A condicionalidade que cobra a frequência escolar, atua sob a condição histórica do aumento das matrículas no ensino médio com condições distintas de presença escolar no contexto contemporâneo (SPOSITO; SOUZA, 2014). Os paradoxos dessa situação atrelada ao ensino médio, jovens e presença escolar, passa por um movimento nos últimos anos em que as matrículas tem diminuído, havendo uma retomada e crescimento em 2008, mas de forma menos intensa em relação a

³ O questionário havia perguntas abertas e fechadas e algumas de múltipla escolha. Alguns dos resultados discutidos neste artigo, utilizam resultados de perguntas com mais de uma resposta e a análise das informações tem o objetivo de verificar sua variação entre jovens beneficiários/as. As entrevistas foram realizadas com apenas jovens beneficiários que responderam o questionário, através de um roteiro de perguntas abertas.

outros anos (SPOSITO; SOUZA, 2014). É sobre essa realidade que respostas - políticas públicas - são pensadas como o PBF para contribuir na frequência escolar e atuar sobre as desigualdades.

Esses programas, na educação, exibem a proposta de quebra do ciclo intergeracional quando acompanha os grupos, visto que com o acesso e presença escolar atingirão maiores oportunidades que a geração anterior de sair da condição de pobreza (CIDADANIA, 2020). Quando tratamos de jovens, isto passa pelo que Sposito e Souza (2014) situam o caso do ensino médio, enquanto ciclo de vida que presenciam o desemprego, problemas de fluxos em estágios anteriores pela “demanda por matrículas na última etapa da educação básica está relacionada a impasses na etapa que a precede” (SPOSITO; SOUZA, 2014, p. 26). Da mesma forma, os resultados do PBF na educação conforme Thomazinho (2019), destaca mais contribuição em nível individual do que em nível de escola.

“É possível que o impacto no nível individual dos alunos seja positivo, mas como alunos que antes não estavam na escola passam a frequentá-la, e pode-se supor que eles tendam a ter desempenho abaixo do médio da escola, o efeito sobre o desempenho da escola pode ser negativo (THOMAZINHO, 2019, p. 55)”

Esta condição faz situarmos o contexto de integração dos jovens ao PBF, dado que a transição desse grupo para vida adulta no Brasil, na sociedade contemporânea, de acordo com Dayrell (2007), atravessam vivências de trajetórias individualizantes quando frequentam o cotidiano das escolas num contexto de encruzilhadas, no caso de pobres/vulneráveis, isto é ainda pior diante dos constrangimentos estruturais. A escola enquanto um dos espaços de socialização, ao receber e acompanhar os setores populares nos últimos anos, tem uma proposta de controle que se modifica estando dispersos no espaço social, uma vez que os jovens ao fazerem parte desse espaço, trazem suas experiências e o transcendem (DAYRELL, 2007).

As experiências escolares se colocam diante do efeito do aumento nas matrículas na década de 1990, e estagnação/diminuição nos últimos anos, bem como o aparecimento da evasão, abandono escolar e diminuição de presença no ensino médio. Atuando sobre esses temas, as políticas educacionais e programas como o PBF para minimizar tal momento enquanto resposta do Estado. Uma face dessa realidade, indo além de resultados macro de efeitos sobre a frequência escolar (THOMAZINHO, 2019), visualiza os desafios de reconhecimento desses grupos na escola e políticas, marcadas como visão aos setores populares, referindo aos novos grupos que chegaram no ensino médio. Dayrell (2007, p. 1000) considera que este espaço “mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com

professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diploma”

Para o autor a escola quando recebe as novas gerações tem desafios de lidar com o velho dilema da qualidade, da dificuldade em estabelecer a relação com os setores populares; e, quantidade, quando se coloca frente ao aumento de demandas pelo acesso de um grupo heterogêneo. Parte do resultado de estagnação e diminuição das matrículas do ensino médio (SPOSITO; SOUZA, 2014) é atravessada na condição de jovens na escola por constrangimentos estruturais, relacionados também a condição da educação visadas nos agentes escolares e colegas que estão em contato (DAYRELL, 2007).

O PBF na educação quando acompanhar os jovens, o faz de modo instrumental pelo acompanhamento da frequência e exhibe a condição de constrangimentos, preconceitos (BRANDÃO et al., 2013) legitimados no cotidiano escolar. As interpretações de Brandão et al. (2013) demonstra que a avaliação do programa junto as novas gerações na escola, é expressada a contribuição na frequência e baixo resultado no rendimento de estudantes, os jovens abandonam pelo trabalho, da mesma forma que a pesquisa de Martins e Rückert (2020) com esse grupo em Corumbá-MS, destacam que a escola é positiva na expectativa de futuro melhor. As impressões sobre a escola são manifestadas nas motivações de agentes escolares acerca das novas gerações acompanhadas e pelas mesmas, mas, ainda, pouco se fala dos próprios jovens, o que eles veem e vivenciam nesse espaço indo além de uma noção do vir a ser, quando acentua a invisibilidade (DAYRELL, 2007; SPOSITO; SOUZA, 2014).

O sentido dado à escola por uma parcela da juventude brasileira nos últimos anos, tem passado por uma relação permeada por preconceitos visualizada aos longos dos anos (DAYRELL; JESUS, 2016) com a composição de índices de frequência para reconhecer uma condição. Na escola as novas gerações apresentam suas experiências quando anunciam, lidam e veem tal condição na dualidade. Além do mais, como no cotidiano há uma implementação de políticas públicas, as desigualdades são ressignificadas na tentativa de manter os jovens na educação, além de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (CIDADANIA, 2020).

Ao considerarmos o cotidiano escolar enquanto espaço de conflitos, como destaca Dayrell (2007), há motivações e experiências enxergadas aos jovens acompanhados quando vivenciam suas trajetórias em escolas, além disso, une a essa proposta a relação com a família. Neste contexto de educação, há evidências do abandono e evasão escolar pela dificuldade de diálogo com sua condição, o momento que estão na sociedade ao sobressair apenas o lado institucional, de um condição de aluno que distância do jovem (DAYRELL, 2007), tema estes

presente em políticas públicas como o PBF e sua relação com instituições tradicionais de família e escola.

Assim sendo, quando tratamos das novas gerações na escola, reconhecemos o lado institucional pela indicação da frequência, mostrando um efeito-escola sob um grupo, tendemos a depararmos com constrangimentos a uma parcela da juventude em situação de vulnerabilidade social. Tal resultado são desafios vivenciados por jovens em situação de vulnerabilidade, dado que os constrangimentos é uma das dificuldades de considerar enquanto sujeitos no contexto da condição juvenil (DAYRELL, 2007). Essa leitura nos ajuda pensar a educação e atuação do PBF em condicionar a presença de um grupo historicamente excluído deste espaço e, ao integra-los, submetem a uma invisibilidade da juventude e da pobreza (BRANDÃO et al., 2013; DAYRELL, 2007).

Ao olharmos para experiência desse grupo na escola, identificamos desafios de presença, continuidade na educação marcados nos paradoxos vivenciados pela juventude hoje e reconhecidos por Abramo (2014), de um maior acesso à educação e menor trabalho decente; mais acesso à informação e pouco acesso ao poder; mais expectativas de autonomia e menos opções para materializá-la; maior mobilidade e possibilidade de circulação, mas afetadas por trajetórias incertas e migrações; ocupa um lugar ambíguo de receptores de política e protagonistas da mudança. São condição colocadas as novas gerações e aplicam-se a jovens “beneficiários” na educação presente no propósito da quebra de ciclo intergeracional diante da condição de invisibilidade no espaço da escola.

OS/AS JOVENS “BENEFICIÁRIOS” NAS ESCOLAS

O reconhecimento da condição de jovens “beneficiários” nas escolas tem num primeiro momento a atuação do Estado na responsabilidade de admitir as desigualdades estruturais, sociais que adentram aos espaços escolares. Uma parcela da juventude brasileira vivenciam esse lado institucional através da condicionalidade educacional unidas pela relação direta com instituições tradicionais de família e escola. O registro de frequência e motivos caso não haja presença, faz o Estado visualizar os jovens vulneráveis de modo focalizado, por outro lado, a família recebe um benefício, principalmente a mãe, majoritariamente titulares do programa, que devem envia-los a esses espaços condicionando à frequência.

O fato de ir além desse desenho institucional ajuda reconhecer os sujeitos em contato com o cotidiano de escolas, de conceberem o PBF e estarem com frequência acima da meta estabelecida. Estudos constatam que a experiência na escola tem a invisibilidade social reafirmada na atuação de agentes escolares - professores, funcionarios e colegas (BRANDÃO

et al., 2013). Martins e Rückert (2020) em um estudo no município de Corumbá, demonstram a concepção desses jovens beneficiários no ensino médio sobre os estudos e PBF, quando reconhecem a educação baseada numa concepção de mobilidade ascendente. O estudo dos autores, até por não ser objetivo, pouco aprofunda na socialização, condição e o sentido atribuído à escola por esse grupo (DAYRELL, 2007; DAYRELL; JESUS, 2016).

A pesquisa com jovens em Londrina-PR, no ano de 2017, comunica com esses estudos sobretudo no tema da escola (DAYRELL, 2007; MARTINS; RÜCKERT, 2020) quando aprofunda na condição de vivência desbrucando sob resultados de concepção sobre a escola e seu cotidiano. Isto é verificado no interior de duas escolas públicas referindo a condição estabelecida pelo lado institucional, já que os dados gerais de Londrina-PR, produzidos pelo Estado no ano de 2017, exibem que jovens tem maiores dificuldades em comparação a crianças e adolescentes de continuarem na escola, cumprirem a condicionalidade educacional e os motivos principais são o desinteresse, desmotivação e abandono escolar.

Assim sendo, o reconhecimento em escolas nos faz pensar questões além das vistas pelo Estado. A pesquisa nas duas escolas apresentam características específicas presente na frequência com reflexos a condição de vulnerabilidade social. Os 30 jovens “beneficiários” entrevistados por questionário são em sua maioria não brancos, sendo poucos brancos e um grupo que não se autodeclara a cor, confirmando que a pouca renda tem relação com a cor. É um grupo que cursava o ensino médio e técnico, moravam distante da escola, havendo um deslocamento na maioria dos casos à escola de centro, no sentido de procurar outras escolas para atingirem seus objetivos educacionais, por outro lado, a escola de bairro, por morarem próximo, estão sob uma relação de segregação escolar que afetam em parte as oportunidades vividas em Londrina-PR.

É um grupo que vivem menos em arranjos familiares nucleares (pai e mãe) do que monoparentais/uniparentais (apenas mãe, avó, pai), tornando esta última uma condição ligada ao PBF de titularidade do benefício. Esses familiares tem uma baixa escolaridade de ensino fundamental completo e incompleto e ensino médio completo, expondo a pequena presença e titulação do/no ensino superior, demonstrando, ainda, que muitos desses jovens já avançaram à escolaridade familiar por estarem no ensino médio. Essa condição exhibe uma proximidade com o estudo de Dayrell e Jesus (2016) sobre a condição de jovens em situação de exclusão, evasão escolar por estarem na condição de vulnerabilidade social, destacando alguns marcadores como “idade, o gênero, a raça, o fato de serem filhos, na sua maioria, de trabalhadores desqualificados, grande parte dos quais com pouca escolaridade, entre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na trajetória escolar de cada um deles. (DAYRELL; JESUS, 2016, p. 409)

Quadro 1 - Caracterização dos jovens beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família que responderam o questionário, Londrina, 2017

Jovens*	Beneficiários (30)	
Escola	IEEL (21 - 70%)	CECA (9 - 30%)
Turno	Manhã (28 - 93,3%)	Noite (2 - 6,7%)
Sexo	Masculino (12 - 40%)	Feminino (17 - 56,7%)
	Outro (1 - 3,3%)	
Cor**	Branco (11 - 36,7%)	Não Branco (18 - 60%)
Idade	15 a 17 anos (28 - 93,4%)	18 ou mais (2 - 6,7%)
Etapa escolar	Ensino Médio (22 - 73,3%)	Ensino Técnico (8 - 26,70%)
Distância da escola	Próximo (7 - 23,3%)	Mais ou menos próximo (6 - 20%)
	Longe (17 - 56,7%)	
Origem familiar/mora	Pai e Mãe (11 - 36,7%)	Apenas pai (3 - 10%)
	Apenas mãe (10 - 33,3%)	Avó/avô (5 - 16,7%)
	Outras pessoas (1 - 3,3%)	
Escolaridade dos pais e responsáveis***	Pai - ensino fundamental incompleto (6 - 20%)	Mãe - ensino fundamental completo (12 - 40%)
	Responsável - ensino médio completo (4 - 13,3%)	
Respostas múltiplas		
Parente com e no ensino superior	Pai (2 - 5,9%)	Mãe (0 - 0%)
	Avó/ô (0 - 0%)	Irmã/o (5 - 14,7%)
	Outros (22 - 64,7%)	Não Tenho familiares com ensino superior - (5 - 14,7%)

* A seleção de jovens para participação na pesquisa ocorreu de modo aleatório e obtiveram liberdade para participarem. No período da noite houve pouca participação porque estudantes esqueceram os documentos para participação na pesquisa. Os dados não têm a pretensão de fazer análises estatísticas robustas, aprofundadas, apenas descrever a condição de um grupo na educação.

** O grupo não branco refere-se as cores preta, parda, indígena, amarela; do valor total entre beneficiários, (1) 3,3% não se identificaram em uma cor.

*** Representa apenas as primeiras respostas que obtiveram mais quantidades.

FONTE: Situação e Trajetória Escolar de Beneficiários/as do Programa Bolsa Família no Ensino Médio e a Perspectiva de Ascensão Social via Escolarização em 2017.

A diferença com os jovens pesquisados por Dayrell e Jesus (2016) aos jovens “beneficiários”, é estar e frequentar à escola, com frequência acima cobrada pelo PBF, mas revelam mesmo sentido sobre a interpretação da escola, de continuidade escolar e a baixa escolaridade. Essas informações são confirmadas e listadas pelas entrevistas semiestruturadas específicas com 17 estudantes, estando no ensino médio e técnico, por morarem em outras regiões do município, viverem em famílias monoparentais e nucleares e de baixa escolaridade, além de que, em alguns casos, chegou à pensar em desistir da educação alegando motivos de desmotivação e trabalho, mas para maioria não houve relatos dessa condição, sendo um grupo que vivenciam a instabilidade social trazida à escola frente a conjunção de uma nova desigualdade no esgotamento de possibilidade de mobilidade via instituição (DAYRELL, 2007;

DAYRELL; JESUS, 2016). Observamos, também, que poucos participavam de projetos ou atividades vinculadas ou indicadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como cursos profissionalizantes, de socialização a espaços que vão além da relação família e escola.

Quadro 2 - Perfis de jovens beneficiários/as entrevistados/as, Londrina-PR, 2017

i	ii	iii	iv	v	vi	vii	viii	ix	x
J1	IEEL	F	15 anos	1º EM regular	Norte	Estuda e mora com pai, mãe e irmão	Mãe EMC, pai ESC e irmão parou no EM	Não	Não
J2	IEEL	M	17 anos	1º EM regular	Norte	Estuda e mora com pai e mãe	Mãe e Pai EMI e irmão parou no EF	Não	Não
J3	IEEL	F	17 anos	3º EF/ADM	Norte	Estuda e mora com mãe e irmã	Mãe EMC e irmã está na creche	Não	Não
J4	IEEL	F	17 anos	3º ET/ADM	Sul	Estuda e mora com a mãe	Pai e mãe EFI	Não	Não
J5	IEEL	M	17 anos	3º ET/ADM	Sul	Estuda/trabalha e mora com a avó	Avó e mãe EFI	Não	Sim
J6	IEEL	F	17 anos	3º ET/ADM	Norte	Estuda/trabalha e mora com bisavós	Mãe e pai EMI e irmã está no ES	Não	Não
J7	IEEL	F	18 anos	4º magistério	Norte	Estuda/trabalha e mora com pai e irmão	Pai EMI e irmão está no EF	Não	Não
J8	IEEL	M	15 anos	1º EM regular	Norte	Estuda e mora com pai, mãe	Mãe e pai EMC	Não	Não
J9	IEEL	F	16 anos	2º EM regular	Norte	Estuda e mora com mãe e irmãos	Mãe não tem ES e irmãos estão no EF	Não	-
J10	IEEL	F	18 anos	2º ET/ADM	Norte	Estuda/trabalha e mora com pai	Pai EMI e mãe EFC	Sim, por conta de funcionários da escola	Não
J11	IEEL	F	17 anos	3º EM regular	Leste	Estuda e mora com mãe e irmãos	Mãe e pai EFI e irmãos pararam os estudos	Não	Sim
J12	IEEL	M	16 anos	2º EM regular	Leste	Estuda e mora com mãe e irmã	Mãe e Pai EFI	Sim, desmotivado	Não
J13	IEEL	F	16 anos	2º EM regular	Leste	Estuda e mora com pai, mãe e irmã	Mãe EMC e pai EFI	Não	Não
J14	CECA	F	17 anos	2º EM regular	Sul	Estuda e mora com pai e irmãos	Pai EMI e irmãos pararam os estudos	Não	Não
J15	CECA	M	15 anos	2º EM regular	Sul	Estuda e mora com mãe e padrasto	Pai EMI e irmãos pararam os estudos	Não	Sim
J16	CECA	M	16 anos	2º EM regular	Sul	Estuda/trabalha e mora com mãe, padrasto e irmãos	Mãe EFI, padrasto EMC e irmã parou os estudos	Sim, por desmotivado e trabalho	Não
J17	CECA	M	17 anos	2º EM regular	Sul	Estuda e mora com avó	Avó EFI	Não	Não
J18	CECA	F	16 anos	2º EM regular	Sul	Estuda e mora com pai, mãe e irmãos	Mãe e pai EFI	Não	Não

Ensino Fundamental completo EFC; Ensino Fundamental incompleto EFI; Ensino Médio completo EMC; Ensino Médio incompleto EMI; Ensino Superior (ES); Ensino Superior completo (ESC)

i) Jovens; ii) Escola; iii) Sexo; iv) Idade; v) Etapa escolar; vi) Local de moradia/região; viii) escolaridade familiares; ix) Pensou em parar os estudos; x) Participa de projetos indicados pelo CRAS;

FONTE: Situação e Trajetória Escolar de Beneficiários/as do Programa Bolsa Família no Ensino Médio e a Perspectiva de Ascensão Social via Escolarização em 2017.

Esses jovens “beneficiários/as” lançam um olhar sob a escola que frequentam, manifestando as contribuições para sua escolarização e aprendizado. Alguns desses resultados são vistos por Martins e Rückert (2020) quando referem a graus de positividade da escola em

relação a continuidade dos estudos visando um futuro melhor e a dificuldade de fazer projeções. Em nossa pesquisa, percebemos que as considerações sobre a escola tem aspectos positivos alinhados aos professores, funcionários e colegas (67,9% das respostas), como também aspectos negativos, referindo mais a infraestrutura, materiais escolares e merenda escolar (77,1% das respostas). Tais itens expõem condições da presença na educação desses grupos e, de acordo com os dados, há mais aspectos negativos para infraestrutura escolar ao invés de indivíduos.

Tabela 1 - Aspectos da escola referidos por jovens beneficiários na educação, Londrina-PR, 2017

Aspectos da escola	Positivos*		Negativos**	
	f	%	f	%
Infraestrutura	9	11,5%	14	29,2%
Professores	24	30,8%	3	6,3%
Colegas	12	15,4%	5	10,4%
Funcionários	17	21,8%	3	6,3%
Material didático	8	10,3%	10	20,8%
Merenda escolar	8	10,3%	13	27,1%
Total	78	100,0%	48	100,0%

* responderam 29 estudantes beneficiários; ** responderam 28 estudantes não beneficiários.

FONTE: Situação e Trajetória Escolar de Beneficiários/as do Programa Bolsa Família no Ensino Médio e a Perspectiva de Ascensão Social via Escolarização em 2017.

Ao aprofundarmos no tema, verificamos que ir e estar na escola também é importante quando pensado a obtenção de maiores oportunidades. Isto aparece em uma das categorias analisadas das entrevistas semiestruturadas nas falas desses jovens representando a proposta de contribuições aos estudos e expectativas escolares, etc (DAYRELL, 2007; MARTINS; RÜCKERT, 2020). Pela organização das falas há o aparecimento de certos temas em duas categorias analisadas de “Ir e estar na escola” e “O PBF na escola”. Elas ajudam a verificar as questões escolares no PBF, visto que a frequência é um ponto central para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza e esses jovens estabelecem uma relação com o espaço, além de entendermos melhor resultados dos aspectos positivos e negativos da escola.

A categoria “ir e estar na escola” destaca-se a importância da continuidade da escolarização para obter melhores postos que os pais, aspiração de conseguir chegar no ensino superior/faculdade, conseguir um trabalho e ajudar a ser uma pessoa melhor com maiores conhecimentos nos estudos. Isto aparece quando afirmam a importância de modo positivo da escola, indo ao encontro com a proposta do PBF na educação acerca da obtenção de oportunidades referida a quebra do ciclo intergeracional da pobreza (CIDADANIA, 2020).

Quadro 3 – A importância de ir e estar na escola segundo jovens beneficiários/as na educação, Londrina, 2017

Futuro melhor	3
Chegar no ensino superior	3
Importante como pessoa, ser alguém	6
Conseguir um trabalho	2
Melhor escolaridade que os pais	2
Sem contribuição, apenas estudo mesmo	1
Total	17

FONTE: Situação e Trajetória Escolar de Beneficiários/as do Programa Bolsa Família no Ensino Médio e a Perspectiva de Ascensão Social via Escolarização em 2017.

A segunda categoria “O PBF na escola” exibem repercussão do tema na escola diante das vivências de estudantes no ensino médio (MARTINS; RÜCKERT, 2020). As vezes sobre o programa manifestado situações de conflitos, seja com professores/as na condição de mediadores de discussões em aulas ou por colegas em conhece-lo diante das conversas realizadas em sala, revelando aspectos negativos e conflitos entre indivíduos nesse espaço, indicando que há considerações relacionadas aos indivíduos, além da invisibilidade quando não é falado. As entrevistas apresentam que o tema na maioria dos momentos está presente quando tratado de desigualdade e pobreza, aparecendo episódios tradicionais ligados ao PBF acerca do efeito-preguiça, ponto este já refutado por estudos, o fato de obter filhos para acessar o benefício e beneficiários que não poderiam ter renda, etc.

Quadro 4 – O aparecimento do tema do Programa Bolsa Família (PBF) na escola segundo jovens beneficiários/as na educação, Londrina, 2017

Quando tratado houve conflitos com professores e colegas	7
Não ouviu falar na escola	4
Ouviu falar na escola dentro do tema desigualdade e pobreza	2
Foi tranquilo a abordagem na escola	1
Total	14

FONTE: Situação e Trajetória Escolar de Beneficiários/as do Programa Bolsa Família no Ensino Médio e a Perspectiva de Ascensão Social via Escolarização em 2017.

As condições vivenciadas por jovens beneficiários nas escolas pelo PBF, acompanham a educação o desconhecimento do tema, da mesma forma que no cotidiano há uma reafirmação da invisibilidade da pobreza e também juvenil (BRANDÃO et al., 2013; DAYRELL, 2007). Isto manifesta quando tratado o tema em algumas contextos presenciando conflitos, dado que o resultado tende a afetar os estudantes beneficiários quando são responsabilizados pela legitimidade de receberem certo benefício, se precisam ou não do auxílio do Estado para obter uma contribuição de renda. Alguns se sentem constrangidos como uma estudante destaca que

[...] já houve questionamentos, acho meio chato falar isso né, mas já ouve questionamentos de pessoas falarem assim que a mãe tem vários filhos só pra

receber o bolsa família; eu falava assim: será que isso acontece, porque não é um valor tão alto. Então a pessoa vai ter uns quatro filhos só pra receber mais, porque conta por cabeça né. Aí já várias pessoas questionaram isso já né (J7).

A condição da jovem aparece no conteúdo das falas de outros estudantes quando relatam conflitos na escola envolvendo colegas e professores. Identificamos também que a mediação do tema por professores/as são considerados dado que “Aí o professor falou assim: “não, isso pode ser pra tá estimulando os jovens, também os pais e essa coisas”, mas também muitos alunos não mudaram a decisão, tipo, continuaram na mesma (J6)”; destacando o estímulo fundamentado pelas condicionalidades, mas ainda há alguns questionamentos de colegas sobre o tema. Sobre os professores/as verificamos que

[...] até hoje eles falam dessas coisas né e cada vez que eles falam, colocam um tema diferente, uma coisa diferente em cima junto o que já foi passado, aí você criar novos conceitos em cima disso. Então, eles falam não só da pobreza como a igualdade e tal, a desigualdade também. Eu acho interessante porque, assim, tá conosco no dia a dia né (J10)”

Os relatos desvendam o tema na escola e como professores lidam em suas aulas, apesar de haver casos de conflitos com argumentos colocados pelo senso comum, uma vez que “[...] Eu já tive um conflito muito grande com um colégio por caso disso [do Bolsa família], justamente com um professor que eu não aceitei, ele não aceitou minha opinião e a gente acabou tendo que levar as coisas pro advogado, pra fora (J3)”. O relato da jovem demonstra a passagem por uma situação com um professor no qual envolveu conflitos no momento que foi tratado do tema na escola, reafirmando as opiniões geradas pelo programa nesse espaço.

O PBF na escola tem mediação, falta de compreensão e conflitos, ocorridos em alguns contextos de invisibilidade do tema (BRANDÃO et al., 2013), onde em momentos aparece na abordagem de professores, reações negativas de colegas, além do tema ser tratado dentro da desigualdade e pobreza. Os jovens “beneficiários” ao avançarem na escolarização em relação a geração anterior, lidam com esses desafios fruto da discussão geral de políticas públicas focalizadas e universais inscritas no cotidiano escolar. Isto demonstra o quanto uma parcela da juventude é afetada quando acessam o direito à educação, havendo constrangimentos em algum momento da trajetória escolar diante das desigualdades no ensino que afetam o entendimento de sujeitos de direitos e jovem na condição de aluno no contexto da educação (DAYRELL, 2007).

As objeções do tema na presença educacional via condicionalidade, se tem ou não resultados, a efetividades no ensino (THOMAZINHO, 2019) é transmitido ao cotidiano escolar na atuação de professores, funcionários e colegas no sentido de contruir e desconstruir

argumentos sobre a políticas públicas em realidades invisibilizadas. Vericamos nos relatos a mediação de professores das discussões quando descontrõem compreensões do senso comum sobre o programa na educação, havendo casos de incompreensão, por outro lado, há conflitos com estudantes, além da incompreensão de colegas. Diante dessa situação, nas escolas quando é tratado do tema tende a ser considerado “chato” como relatado por uma estudante e, apesar de ser relevante, afetam a trajetória e unindo a outras alternativas levam ao desinteresse e desmotivação pelos estudos.

Assim sendo, os resultados indicam que os conflitos vivenciados não atuaram para que os jovens entrevistados interrompessem os estudos, mas aparece na trajetória escolar, ocorrendo mais em nível individual, em que cada estudantes tenha a sua compreensão, saindo de uma compreensão coletiva. Se tal proposta tende a levar um estudante a parar de frequentar a escola, há de verificar junto aqueles casos que estão fora da escola, mas esses grupos acompanhados estão sob contextos de invisibilidade e dificuldade no reconhecimento, além dos desafios da condição estruturais sociais que entram na escola e a presença de fatores individuais diante da legitimidade do programa na educação atribuído sob um procedimento institucional. Dessa forma, esses grupos vivenciam efeitos da invisibilidade da pobreza na escola e contam com a dificuldade de ser entendidos enquanto sujeitos de direitos, neste caso, de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto ao adotar o objetivo de reconhecimento da condição de jovens “beneficiários” na educação, no cotidiano de duas escolas públicas no município de Londrina-PR no ano de 2017, considera que as discussões realizadas não tem pretensões de generalizações, mas contribui para o tema da presença escolar de jovens vulneráveis. Este entendimento ocorre porque em cada escola há características específicas referida ao espaço, local, que atuam sobre as experiências das novas gerações e profissionais da educação. O PBF ao ser um programa federal, com leis estabelecidas a escolas na presença de beneficiários, expõe particularidades manifestadas no interior quando atua no reconhecimento juvenil.

Sendo assim, os jovens beneficiários, uma parcela da juventude brasileira lida com a condição institucional que unem escola e família para o cumprimento da condicionalidade educacional. Apesar de ser importante no enfrentamento a pobreza, desigualdade e garantia do direito a educação, essas instituições tradicionais afetam o grupo, como é o caso da escola, onde estudos tem discutido e que fora confirmada a invisibilidade da pobreza e da própria condição juvenil presente na ideia de aluno e também de faixa etária no PBF. Isto é destacado pelos estudos sobre juventudes (DAYRELL, 2007; SPOSITO; SOUZA, 2014) em contato com a

escola e ensino médio, no qual afirmam para o reconhecimento dos sujeitos com desafios no contexto contemporâneo.

Quando reconhecemos o contexto educacional, há facetas de como o Estado verifica esse grupo na escola. Isto passa por um cotidiano escolar atravessado por conflitos, experiências com o tema atravessado pelas dificuldades de vulnerabilidade social a ponto de afetar a presença escolar seguidas pela cor, região da escola e outras questões. Os jovens pesquisados sob este contexto veem a escola como positiva para o futuro e seu resultado é chegar no ensino superior, ser alguém e ter melhor condição que os pais, reafirmando o argumento do Estado de quebra do ciclo (CIDADANIA, 2020) e outros estudos sobre o tema (DAYRELL; JESUS, 2016; MARTINS; RÜCKERT, 2020). Da mesma forma, esses aspectos positivos da escola ligam-se mais aos indivíduos, por outro lado, a falta de recursos e infraestrutura resumem a aspectos negativos. As entrevistas mostram que há conflitos vivenciados com professores, colegas e alternativas para lidar com o tema do PBF na escola, revelando a presença de desafios ao integrá-los no cotidiano de escolas, em especial públicas.

Este resultado vem após o período na década de 1990 de aumento das matrículas no ensino médio e estagnação nos últimos últimos (SPOSITO; SOUZA, 2014), momento este que alternativas como o PBF passam a acompanhar de modo focalizado jovens em escolas. Através da pesquisa em escolas, verificamos que o reconhecimento desse grupo no programa e na escola há conflitos e invisibilidades, no qual entendemos que vão de encontro com resultados da condição juvenil vivenciada na sociedade contemporânea, onde a escola passa por mudanças de controle social dispersos na sociedade colocados à juventude (DAYRELL, 2007), abrindo margem para o processo de exclusão escolar e elementos que inferem sobre a trajetória desse grupo na educação (DAYRELL; JESUS, 2016), afetando, assim, a quebra do ciclo intergeracional da pobreza via educação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. Juventude hoje: alguns paradoxos do século XXI. In: **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. p. 13–21.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRANDÃO, A. et al. Programa Bolsa Família: percepção no cotidiano da escola. **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 38, p. 215–232, 5 jul. 2013.
- BRASIL. **Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade: Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília: Ministério da

Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

CIDADANIA, M. DA. **Guia para acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília: Ministério da Cidadania; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2020.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007.

DAYRELL, J. T.; JESUS, R. E. DE. Juventude, Ensino Médio E Os Processos De Exclusão Escolar. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 407–423, 2016.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARTINS, B. A.; RÜCKERT, F. Q. Educação e pobreza: o Programa Bolsa Família na percepção dos estudantes do Ensino Médio em Corumbá-MS. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 3, p. 2260–2277, 2020.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R. Os desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: **Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez Editoria, 2014. p. 33–61.

THOMAZINHO, G. Efeitos do Bolsa Família nas desigualdades educacionais enfrentadas por seus beneficiários. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 73, p. 44–69, 11 maio 2019.